



# TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

## Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Contadoria

Caderno de Prova, Cargo 06, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

### P R O V A

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Estudo de Caso

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém as questões de Estudo de Caso e respectivos espaços destinados para o rascunho. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- transcrever a resposta do Estudo de Caso no Caderno de Respostas, nos espaços destinados às questões.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho das questões de Estudo de Caso será corrigido.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas, bem como para responder às questões de Estudo de Caso e transcrever as respectivas respostas no Caderno de Respostas correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões da Prova Objetiva e a Folha de Respostas, bem como o Caderno de Transcrição do Estudo de Caso.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Março/2008

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Português**

**Atenção:** As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto que segue.

**Num encontro pela liberdade de opinião**

*Vimos aqui hoje para defender a liberdade de opinião assegurada pela Constituição dos Estados Unidos e também em defesa da liberdade de ensino. Por isso mesmo, queremos chamar a atenção dos trabalhadores intelectuais para o grande perigo que ameaça essa liberdade.*

*Como é possível uma coisa dessas? Por que o perigo é mais ameaçador que em anos passados? A centralização da produção acarretou uma concentração do capital produtivo nas mãos de um número relativamente pequeno de cidadãos do país. Esse pequeno grupo exerce um domínio esmagador sobre as instituições dedicadas à educação de nossa juventude, bem como sobre os grandes jornais dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, goza de enorme influência sobre o governo. Por si só, isso já é suficiente para constituir uma séria ameaça à liberdade intelectual da nação. Mas ainda há o fato de que esse processo de concentração econômica deu origem a um problema anteriormente desconhecido – o desemprego de parte dos que estão aptos a trabalhar. O governo federal está empenhado em resolver esse problema, mediante o controle sistemático dos processos econômicos – isto é, por uma limitação da chamada livre interação das forças econômicas fundamentais da oferta e da procura.*

*Mas as circunstâncias são mais fortes que o homem. A minoria econômica dominante, até hoje autônoma e desobrigada de prestar contas a quem quer que seja, colocou-se em oposição a essa limitação de sua liberdade de agir, exigida para o bem de todo o povo. Para se defender, essa minoria está recorrendo a todos os métodos legais conhecidos a seu dispor. Não deve nos surpreender, pois, que ela esteja usando sua influência preponderante nas escolas e na imprensa para impedir que a juventude seja esclarecida sobre esse problema, tão vital para o desenvolvimento da vida neste país.*

*Não preciso insistir no argumento de que a liberdade de ensino e de opinião, nos livros ou na imprensa, é a base do desenvolvimento estável e natural de qualquer povo. Possamos todos nós, portanto, somar as nossas forças. Vamos manter-nos intelectualmente em guarda, para que um dia não se diga da elite intelectual deste país: timidamente e sem nenhuma resistência, eles abriram mão da herança que lhes fora transmitida por seus antepassados – uma herança de que não foram merecedores.*

(Albert Einstein, **Escritos da maturidade**. Conferência pronunciada em 1936)

1. Albert Einstein, além de ser o notabilíssimo físico, preocupava-se também, como fica evidente no texto, com a
  - (A) ameaça que representa a intervenção do poder estatal, seja para o sistema econômico, seja para o sistema de ensino.
  - (B) concentração do poder econômico, quando este passa a ter influência sobre o debate e a livre circulação de idéias.
  - (C) situação de alto índice de desemprego, que desequilibra não apenas as regras do mercado como também o sistema educacional.
  - (D) centralização da produção, quando ela passa a subordinar-se a circunstâncias que fomentam debates pela imprensa.
  - (E) influência do poder econômico sobre o governo, quando este deseja fazer valer as leis do livre comércio.

2. *Para se defender, essa minoria está recorrendo a todos os métodos legais conhecidos a seu dispor.* (3ª parágrafo)

Contextualizada a frase acima Einstein está

- (A) alertando para a fragilidade de um sistema econômico à mercê de debates e críticas permanentes.
- (B) admitindo que a concentração do poder econômico põe em risco os parâmetros constitucionais.
- (C) reconhecendo o poder institucional de que se vale a minoria econômica dominante para impor seus interesses.
- (D) recusando a legitimidade dos métodos legais de que as minorias se valem para se oporem às leis do mercado.
- (E) considerando o direito que têm as minorias de se defenderem dos abusos do poder econômico.

3. Considere as seguintes afirmações:

- I. A frase do texto que resume o fato problematizado por Einstein é: *O governo federal está empenhado em resolver esse problema, mediante o controle sistemático dos processos econômicos (...).*
- II. Na frase as circunstâncias são mais fortes que o homem, o termo sublinhado refere-se ao movimento de reação em que se estão empenhando os intelectuais.
- III. No contexto do último parágrafo, a afirmação de que *eles abriam mão da herança* denota a quebra de uma tradição histórica de defesa dos ideais de liberdade.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I, somente.
- (E) III, somente.

4. A expressão *limitação de sua liberdade de agir*, no terceiro parágrafo, refere-se aos limites em que se deve circunscrever

- (A) a intervenção do poder estatal sobre a economia.
- (B) a ação da imprensa e da elite intelectual.
- (C) o sistema jurídico em processo de institucionalização.
- (D) o funcionamento básico das leis do mercado.
- (E) a reação dos trabalhadores intelectuais.

<p>5. Representa-se um encadeamento progressivo de fatos na seqüência:</p> <p>(A) centralização da produção - concentração do capital - influência preponderante nas escolas e na imprensa.</p> <p>(B) centralização da produção - domínio esmagador - concentração do capital.</p> <p>(C) defesa da liberdade de ensino - interação das forças econômicas - influência preponderante nas escolas.</p> <p>(D) grande perigo que ameaça a liberdade - controle sistemático das forças econômicas - processo de concentração econômica.</p> <p>(E) defesa da liberdade de ensino - desemprego de parte dos que estão aptos a trabalhar - desenvolvimento da vida no país.</p>	<p>9. Está correto o emprego de <b>ambas</b> as expressões sublinhadas na frase:</p> <p>(A) As pessoas <u>com quem</u> devemos prestar contas são aquelas <u>cujos</u> direitos os setores dominantes não costumam dar atenção.</p> <p>(B) Nem sempre conseguem os homens sobrepor-se <u>diante de</u> suas circunstâncias ou redimir-se <u>perante</u> seus fracassos.</p> <p>(C) Os direitos <u>em cuja</u> defesa devemos nos empenhar são os <u>mesmos pelos quais</u> os acumuladores de capital demonstram desprezo.</p> <p>(D) O alerta de Einstein <u>de que</u> nos mantenhemos em guarda é, de fato, um imperativo moral <u>do qual</u> não podemos deixar de atender.</p> <p>(E) Os métodos legais <u>de cujos</u> se valem os detentores do poder econômico reforçam a má distribuição de renda <u>em que</u> os trabalhadores são vítimas.</p>
<p>6. A <u>centralização da produção acarretou uma</u> concentração do capital produtivo nas mãos de um número <u>relativamente pequeno de cidadãos do país</u>.</p> <p>As expressões sublinhadas podem ser substituídas, respectivamente, sem prejuízo para a correção e o sentido da frase acima, por:</p> <p>(A) estribou-se numa - comparavelmente</p> <p>(B) incluiu-se em uma - um tanto quanto</p> <p>(C) implicou-se numa - mais ou menos</p> <p>(D) deveu-se a uma - moderadamente</p> <p>(E) originou uma - em certa medida</p>	<p>10. Há uma relação de <b>causalidade</b> entre os seguintes segmentos:</p> <p>(A) <i>influência preponderante nas escolas – impedir que a juventude seja esclarecida.</i></p> <p>(B) <i>não se diga da elite intelectual deste país – herança de que não foram merecedores.</i></p> <p>(C) <i>limitação da chamada livre interação das forças econômicas – recorrendo a todos os métodos legais.</i></p> <p>(D) <i>defender a liberdade de opinião – também em defesa da liberdade de ensino.</i></p> <p>(E) <i>domínio esmagador sobre as instituições – desenvolvimento estável e natural de qualquer povo.</i></p>
<p>7. Em respeito às normas de concordância, é preciso <b>corrigir</b> a seguinte frase:</p> <p>(A) Podem ser mais fortes do que as circunstâncias humanas o interesse daqueles que estabelecem de vez a concentração do poder econômico.</p> <p>(B) Não se deve insistir nos argumentos que dão como essenciais a liberdade de ensino e a de opinião.</p> <p>(C) Não se resignem a imprensa e o ensino aos limites que lhes quer impor o poder econômico de uma minoria.</p> <p>(D) Caso se desconsidere a herança dos valores que nos legaram os antepassados, não se preservará o significado de sua resistência moral.</p> <p>(E) É inútil empenharem-se os governos em disciplinar a economia quando os detentores do poder econômico mantêm o controle do poder político.</p>	<p>11. Não ..... nos surpreender se a minoria econômica dominante ..... de prestar contas a quem mais ..... .</p> <p>Preenche corretamente as lacunas da frase acima a seguinte seqüência de formas verbais:</p> <p>(A) deveremos - deixou - venha a prejudicar</p> <p>(B) devemos - deixa - esteja prejudicando</p> <p>(C) deveríamos - deixou - prejudicaria</p> <p>(D) deveríamos - deixe - prejudicaria</p> <p>(E) devamos - deixasse - prejudicaria</p>
<p>8. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. Einstein investe contra os empresários, que promovem e manipulam a alta concentração do poder econômico.</p> <p>II. Reconheça-se o esforço dos governantes, nessa precisa tentativa de resolver tão grave problema.</p> <p>III. O grande físico dirige-se aos leitores, que identifica como trabalhadores intelectuais e em quem reconhece capacidade de resistência.</p> <p>A supressão da vírgula alterará o sentido do que está em</p> <p>(A) I e II, somente.</p> <p>(B) III, somente.</p> <p>(C) II, somente.</p> <p>(D) I e III, somente.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>12. Esses problemas? O governo federal está empenhado em <u>resolver esses problemas</u>, em <u>reconhecer a gravidade desses problemas</u>, bem como <u>encarar essa gravidade</u> com a coragem que ela está a exigir.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições do trecho acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) resolvê-los - reconhecer a gravidade sua - lhe encarar</p> <p>(B) resolvê-los - reconhecê-los a gravidade - a encarar</p> <p>(C) resolvê-los - reconhecer a gravidade deles - encará-la</p> <p>(D) resolver-lhes - reconhecer-lhes a gravidade - encará-la</p> <p>(E) resolver-lhes - reconhecer-lhes a gravidade - encarar-lhe</p>

<p>13. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Einstein defende a liberdade de opinião.</p> <p>II. Um pequeno grupo dominante ameaça a liberdade de opinião.</p> <p>III. Einstein convoca os intelectuais a defenderem essa liberdade.</p> <p>As frases acima articulam-se de modo claro, correto e coerente em:</p> <p>(A) Einstein, que defende a liberdade de opinião, convoca os intelectuais a defenderem a mesma, ao julgar ameaçada por um pequeno grupo dominante.</p> <p>(B) Porquanto ameaçada a liberdade de opinião por um pequeno grupo dominante, Einstein defende-a, para o que também se convocam os intelectuais.</p> <p>(C) Tendo em vista que um pequeno grupo dominante ameaça a liberdade de opinião, Einstein convoca os intelectuais a também defendê-la.</p> <p>(D) Einstein convoca os intelectuais, em face da ameaça de um pequeno grupo dominante, a defenderem sua mesma liberdade de opinião.</p> <p>(E) Defendendo a liberdade de opinião, Einstein também convoca os intelectuais, tendo em vista a ameaça de um pequeno grupo dominante.</p>	<p>17. Transpondo-se para a voz passiva a construção <i>o grande perigo que ameaça essa liberdade</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) é ameaçado.</p> <p>(B) esteja ameaçando.</p> <p>(C) está ameaçando.</p> <p>(D) é ameaçada.</p> <p>(E) vem sendo ameaçada.</p>
<p>14. Admite-se a permanência do elemento sublinhado na frase <i>Esse pequeno grupo (...) goza de enorme influência sobre o governo</i> no caso de substituição da forma verbal <i>goza</i> pela forma verbal</p> <p>(A) usufrui.</p> <p>(B) atribui-se.</p> <p>(C) empenha-se.</p> <p>(D) favorece.</p> <p>(E) alça-se.</p>	<p>18. A frase <i>A minoria econômica dominante (...) colocou-se em oposição a essa limitação de sua liberdade de agir</i> deve ser entendida como <i>A minoria econômica dominante</i></p> <p>(A) mostrou-se contrário a agir livremente.</p> <p>(B) manifestou-se contrariamente por sua limitada liberdade de ação.</p> <p>(C) opôs-se a essa restrição de sua liberdade de ação.</p> <p>(D) manteve oposição nesse limiar de sua liberdade de ação.</p> <p>(E) recusou restringir-se à liberdade de agir.</p>
<p>15. <i>Possamos todos nós, portanto, somar as nossas forças.</i></p> <p>Os mesmos tempos e modos verbais utilizados na frase acima representam-se em:</p> <p>(A) Preocupamo-nos todos, deste modo, em combater as injustiças com denodo.</p> <p>(B) Levantamo-nos todos nós, assim, ao patamar das altas aspirações.</p> <p>(C) Unimo-nos todos, desta forma, envidando nossos maiores esforços.</p> <p>(D) Intentemos todos, pois, fortalecer a nossa luta.</p> <p>(E) Devemos todos nós, portanto, aglutinar nossas energias.</p>	<p>19. É preciso <b>corrigir</b> a má estruturação da seguinte frase:</p> <p>(A) Não esqueçamos que Einstein viveu longo tempo nos Estados Unidos – razão pela qual, nesse texto, mostra sua preocupação com esse país.</p> <p>(B) Questões políticas, históricas e culturais sempre preocuparam Albert Einstein, como se pode verificar em seu livro <b>Escritos da maturidade</b>.</p> <p>(C) O segundo parágrafo abre-se com duas perguntas retóricas, ou seja, com indagações cujas respostas já são conhecidas por quem as formula.</p> <p>(D) As divinizadas leis do livre mercado podem atuar, como denuncia Einstein, em detrimento dos interesses da maioria da população.</p> <p>(E) Einstein combate, em sua conferência, não apenas as restrições à imprensa, já que inclusive a liberdade de opinião dos intelectuais.</p>
<p>16. Há ocorrências de incorreção ortográfica na frase:</p> <p>(A) Quando o poder econômico influi nas decisões governamentais, acaba por reservar-se privilégios inconcebíveis.</p> <p>(B) Mão-de-obra ociosa ou paralizada pode decorrer de uma incidiosa e frustrante concentração do poder econômico.</p> <p>(C) Embora tenha sido escrito há tantas décadas, o texto de Einstein mantém-se atualíssimo, dissipando assim uma possível alegação de anacronismo.</p> <p>(D) Os empreendimentos econômicos não podem obliterar os aspectos sociais intrínsecos a toda e qualquer mobilização de capital.</p> <p>(E) A arrogância inescrupulosa de alguns capitalistas presunçosos impede que haja não apenas distribuição das riquezas, mas acesso às informações.</p>	<p>20. No segundo parágrafo, as frases iniciadas pelas expressões <i>Por si só</i> e <i>Mas ainda</i> continuariam a articular-se com correção e coerência caso se substituíssem essas expressões, respectivamente, por:</p> <p>(A) Assim sendo - Também por isso</p> <p>(B) Neste caso - Assim também</p> <p>(C) Em vista do que - Por outro lado</p> <p>(D) Em si mesmo - No entanto, também</p> <p>(E) Sendo assim - De outro modo</p> <p style="text-align: center;"><b>Noções de Direito Administrativo</b></p> <p>21. Sendo um dos poderes administrativos, o Poder Disciplinar é</p> <p>(A) a faculdade de que dispõem os Chefes de Executivo de explicar uma lei para a sua correta execução, ou de expedir decreto autônomo sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei.</p> <p>(B) o de que dispõe a Administração para distribuir e escalonar as funções dos seus órgãos.</p> <p>(C) o que permite à Administração Pública apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.</p> <p>(D) exercido pelos Ministérios e Secretarias da Educação para distribuir as disciplinas do ano letivo.</p> <p>(E) o que a Administração exerce sobre todas as atividades e bens que afetam ou possam afetar a coletividade.</p>

<p>22. Das condutas abaixo indicadas, NÃO são apontados pela doutrina dominante como deveres básicos dos administradores públicos:</p> <p>(A) dever de probidade; dever de prestar contas; dever de atender ao público em geral com presteza.</p> <p>(B) dever de agir; dever de eficiência; dever de cumprir horário.</p> <p>(C) dever de eficiência; dever de probidade; dever de identificar a assinatura dos documentos com carimbo contendo o nome do servidor.</p> <p>(D) dever de atender o público em geral com presteza; dever de cumprir horário estabelecido para o trabalho; dever de probidade.</p> <p>(E) dever de cumprir horário estabelecido para o trabalho; dever de identificar a assinatura dos documentos com carimbo contendo nome do servidor; dever de atender o público em geral com presteza.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Noções de Direito Constitucional</b></p> <p>26. Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se, dentre outros, pelo princípio da</p> <p>(A) dependência nacional e do pluralismo político.</p> <p>(B) intervenção e da cidadania.</p> <p>(C) autodeterminação dos povos.</p> <p>(D) solução bélica dos conflitos e da soberania.</p> <p>(E) vedação de asilo político.</p>
<p>23. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista pela inexecução total ou parcial do contrato, conforme disposição expressa da Lei de Licitações, é de competência exclusiva</p> <p>(A) de Ministro de Estado, Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso.</p> <p>(B) da Comissão de Licitação.</p> <p>(C) dos Tribunais de Contas.</p> <p>(D) do Poder Judiciário.</p> <p>(E) do Ministério Público.</p>	<p>27. É direito e garantia fundamental do cidadão que está sofrendo violência em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, se valer do</p> <p>(A) <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) mandado de injunção.</p> <p>(D) <i>habeas data</i>.</p> <p>(E) juízo ou tribunal de exceção.</p>
<p>24. Em matéria de responsabilidades do servidor público federal, analise:</p> <p>I. A responsabilidade penal abrange também as contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.</p> <p>II. A responsabilidade civil-administrativa resulta também de ato comissivo praticado no desempenho do cargo ou função .</p> <p>III. As sanções civis penais e administrativas não poderão cumular-se, mesmo quando dependentes entre si.</p> <p>IV. A responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência de sua autoria .</p> <p>Nesses casos, APENAS são corretos :</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>28. Dentre outros, é privativo de brasileiro nato o cargo de</p> <p>(A) Ministro dos Tribunais Superiores.</p> <p>(B) Oficial das Forças Armadas.</p> <p>(C) Governador de Estado.</p> <p>(D) Presidente de Assembléias Legislativas.</p> <p>(E) Senador da República.</p>
<p>25. De acordo com a Lei nº 9.784/99, será devolvido o prazo para recurso na hipótese de interposição</p> <p>(A) após exaurida a esfera administrativa.</p> <p>(B) fora do prazo.</p> <p>(C) por pessoa sem legitimidade ativa.</p> <p>(D) perante órgão incompetente.</p> <p>(E) após transitada em julgado a decisão administrativa.</p>	<p>29. Quanto ao Poder Legislativo, considere:</p> <p>I. O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema indireto, em cada Estado, Território e Distrito Federal.</p> <p>II. Cada Território e o Distrito Federal elegerão dois deputados.</p> <p>III. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.</p> <p>IV. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.</p> <p>V. A representação no Senado Federal de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.</p> <p>Estão corretas APENAS as que se encontram em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) IV e V.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) I, III e V.</p> <p>(E) I, II e IV.</p>
	<p>30. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no</p> <p>(A) máximo, sete juízes nomeados pelo Presidente do Congresso Nacional dentre brasileiros natos com mais de trinta e menos de sessenta anos de idade.</p> <p>(B) mínimo, nove juízes nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal dentre brasileiros natos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.</p> <p>(C) mínimo, cinco juízes nomeados pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça dentre brasileiros natos ou naturalizados, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade.</p> <p>(D) mínimo, sete juízes nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.</p> <p>(E) máximo, nove juízes nomeados pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça dentre brasileiros natos com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

<p>31. Assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) São classificados no Passivo os bens e direitos de posse ou de propriedade da entidade.</p> <p>(B) Receitas representam saídas de elementos no Ativo da entidade que impliquem aumento do Patrimônio Líquido.</p> <p>(C) A diferença negativa entre o Ativo e o Passivo Exigível da entidade é denominada Passivo a Descoberto.</p> <p>(D) Despesas representam saídas de elementos no Passivo Exigível da entidade que implicam diminuição do Patrimônio Líquido.</p> <p>(E) Os empréstimos de longo prazo obtidos pela entidade são classificados em seu Ativo, no subgrupo Realizável a Longo Prazo.</p>	<p>35. Na Demonstração de Resultado da Cia. Comercial Estoril encerrada em 31 de dezembro de 2007, o valor total das deduções da Receita Operacional Bruta foi R\$ 20.500,00 e representou 5% da Receita Operacional Bruta. Na mesma demonstração, o Custo das Mercadorias Vendidas foi equivalente a 60% da Receita Operacional Líquida e o valor do Estoque Final de Mercadorias correspondeu a R\$ 40.000,00. Considerando apenas essas informações, o Lucro Operacional Bruto, a Receita Operacional Líquida e o Custo das Mercadorias Vendidas foram, respectivamente, em R\$,</p> <p>(A) 273.700,00, 410.000,00 e 155.800,00                  (B) 233.700,00, 410.000,00 e 155.800,00                  (C) 195.800,00, 410.000,00 e 233.700,00                  (D) 195.800,00, 389.500,00 e 233.700,00                  (E) 155.800,00, 389.500,00 e 233.700,00</p>																		
<p>32. Em relação a investimentos permanentes e temporários, é correto afirmar que</p> <p>(A) todos os investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para adequá-los ao valor de mercado.</p> <p>(B) os investimentos temporários são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.</p> <p>(C) é exemplo de um investimento temporário a aquisição de participação societária numa empresa que será controlada pela investidora.</p> <p>(D) os investimentos permanentes podem ser avaliados pelo custo de aquisição ou pelo método da equivalência patrimonial, dependendo de sua natureza.</p> <p>(E) os investimentos permanentes não podem ser alienados pela pessoa jurídica investidora, salvo em caso de operações de fusão, incorporação ou cisão.</p>	<p>36. A Cia. Cruzeiro do Norte contratou uma apólice de seguro contra incêndio, para suas instalações comerciais, cujo prêmio era de R\$ 28.800,00, com vigência de três anos, a partir de 1<sup>a</sup> de março de 2006. Deverá figurar, na rubrica <i>Despesas do Exercício Seguinte</i>, do balanço patrimonial da sociedade do final de 31/12/2006, relativamente a esse gasto, a importância, em R\$, de</p> <p>(A) 8.000,00                  (B) 9.600,00                  (C) 17.600,00                  (D) 19.200,00                  (E) 20.800,00</p>																		
<p>33. Representa origem de recursos na Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos</p> <p>(A) a redução do Ativo Realizável a Longo Prazo.</p> <p>(B) o resultado negativo da equivalência patrimonial.</p> <p>(C) o deságio na emissão de ações.</p> <p>(D) a variação monetária das dívidas de longo prazo da companhia.</p> <p>(E) o aumento de imobilizado decorrente de integralização de capital.</p>	<p>37. É exemplo de fato contábil que deve ser escriturado em conta de Ativo Diferido:</p> <p>(A) Gastos efetuados com a reestruturação organizacional da entidade.</p> <p>(B) Aquisição de equipamentos com financiamento bancário de longo prazo.</p> <p>(C) Aquisição de concessão para exploração de jazidas minerais do país.</p> <p>(D) Gastos efetuados com a manutenção de bens do Ativo Imobilizado.</p> <p>(E) Amortização de empréstimos contraídos a longo prazo.</p>																		
<p>34. Uma empresa comercial varejista, ao registrar na sua escrituração contábil a compra, a prazo, de 200 unidades de determinada mercadoria, ao preço unitário de R\$ 50,00, sofrendo incidência de IPI a 8% e ICMS a 18%, sujeita à tributação cumulativa do PIS (0,65%) e da COFINS (3%), deverá lançar a débito da conta estoques de mercadorias, o valor, em R\$, de</p> <p>(A) 10.000,00                  (B) 9.000,00                  (C) 8.785,00                  (D) 8.665,00                  (E) 8.200,00</p>	<p>38. São dadas as seguintes informações, relativas à escrituração da Cia. Industrial Vale do Ribeira, no exercício de 2007 (em R\$):</p> <table border="0"> <tr> <td>Estoque inicial de produtos em elaboração .....</td> <td>100.000,00</td> </tr> <tr> <td>Mão-de-Obra direta .....</td> <td>270.000,00</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras na aquisição de material direto .....</td> <td>70.000,00</td> </tr> <tr> <td>Estoque final de produtos acabados .....</td> <td>150.000,00</td> </tr> <tr> <td>Custos Indiretos de fabricação .....</td> <td>480.000,00</td> </tr> <tr> <td>Estoque final de produtos em elaboração .....</td> <td>120.000,00</td> </tr> <tr> <td>Material Direto consumido na produção .....</td> <td>230.000,00</td> </tr> <tr> <td>Despesa com fretes de venda .....</td> <td>40.000,00</td> </tr> <tr> <td>Estoque inicial de produtos acabados .....</td> <td>200.000,00</td> </tr> </table> <p>O custo dos produtos vendidos pela companhia no exercício de 2007 correspondeu, em R\$, a</p> <p>(A) 1.120.000,00                  (B) 1.080.000,00                  (C) 1.010.000,00                  (D) 980.000,00                  (E) 960.000,00</p>	Estoque inicial de produtos em elaboração .....	100.000,00	Mão-de-Obra direta .....	270.000,00	Despesas financeiras na aquisição de material direto .....	70.000,00	Estoque final de produtos acabados .....	150.000,00	Custos Indiretos de fabricação .....	480.000,00	Estoque final de produtos em elaboração .....	120.000,00	Material Direto consumido na produção .....	230.000,00	Despesa com fretes de venda .....	40.000,00	Estoque inicial de produtos acabados .....	200.000,00
Estoque inicial de produtos em elaboração .....	100.000,00																		
Mão-de-Obra direta .....	270.000,00																		
Despesas financeiras na aquisição de material direto .....	70.000,00																		
Estoque final de produtos acabados .....	150.000,00																		
Custos Indiretos de fabricação .....	480.000,00																		
Estoque final de produtos em elaboração .....	120.000,00																		
Material Direto consumido na produção .....	230.000,00																		
Despesa com fretes de venda .....	40.000,00																		
Estoque inicial de produtos acabados .....	200.000,00																		

39. É uma receita operacional:
- (A) Amortização de ágio na aquisição de investimentos.
  - (B) Receita da venda de bens do Ativo Imobilizado.
  - (C) Lucro auferido na alienação de participação societária permanente.
  - (D) Resultado positivo da equivalência patrimonial.
  - (E) Prejuízo na alienação de ações em tesouraria.

40. A Cia. A possui ações da Cia. B e as assembléias gerais das duas sociedades aprovaram a incorporação da Cia. B pela Cia. A, com base nos seguintes balanços patrimoniais:

Ativo	Cia. A	Cia. B
Disponível	200.000,00	140.000,00
Clientes	350.000,00	200.000,00
Estoques	140.000,00	60.000,00
Investimento na Cia B	120.000,00	0,00
Imobilizado	700.000,00	300.000,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.510.000,00</b>	<b>700.000,00</b>
Passivo		
Fornecedores	350.000,00	120.000,00
Outras contas a pagar	100.000,00	110.000,00
Empréstimos a Longo Prazo	450.000,00	230.000,00
Capital	410.000,00	100.000,00
Reservas	200.000,00	140.000,00
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.510.000,00</b>	<b>700.000,00</b>

No decorrer do exercício, a Cia. B vendeu R\$ 80.000,00 de mercadorias para a Cia. A pelo preço de custo, cujo pagamento não tinha sido efetuado pela investidora até o final do exercício. Após a operação de incorporação, que foi feita com base nos valores contábeis, o valor total do Ativo da Cia. A passou a ser

- (A) 2.290.000,00
- (B) 2.210.000,00
- (C) 2.130.000,00
- (D) 2.090.000,00
- (E) 2.010.000,00

41. A contabilidade aplicada às entidades governamentais segue regras e normas específicas deste ramo das Ciências Contábeis para a geração de informações para seus usuários. Sobre esse assunto, considere as afirmações a seguir:

- I. As disposições contidas na Lei nº 4.320/64 sobre a forma de funcionamento da contabilidade aplicam-se aos órgãos da administração direta, autarquias, empresas públicas e empresas de economia mista.
- II. Segundo a Lei nº 4.320/64, os regimes contábeis da receita e despesa são, respectivamente, competência e caixa, uma vez que se consideram como pertencentes ao exercício financeiro as receitas nele lançadas e as despesas nele legalmente pagas.
- III. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.
- IV. O conjunto de demonstrações geradas pela contabilidade pública abrange o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, III e IV.

42. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000), se for verificado no processo de execução orçamentária, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão
- (A) ajustes das metas de resultados primário e nominal.
  - (B) limitação de empenho e movimentação financeira.
  - (C) limitação de liquidação e de pagamento de despesas já empenhadas.
  - (D) suspensão do pagamento de despesas já liquidadas.
  - (E) limitação de despesas que constituem obrigações legais.

43. O recebimento pela União de recursos financeiros provenientes da distribuição de dividendos por empresas por ela controladas compõe a fonte de receita denominada
- (A) Receita Patrimonial.
  - (B) Operações de Crédito.
  - (C) Transferências Correntes.
  - (D) Receita de Serviços.
  - (E) Outras Receitas Correntes.

44. Em relação à despesa, a classificação programática foi separada da classificação funcional pela Portaria nº 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, passando a ser composta por quatro categorias: programas, projetos, atividades e operações especiais. São exemplos de operações especiais:

- (A) manutenção de rodovias federais e construção de pontes.
- (B) consultas médicas e distribuição de medicamentos.
- (C) construção de hospitais e reorganização do setor de suprimentos.
- (D) limpeza de ruas e praças e pagamento de encargos da dívida pública.
- (E) pagamento de aposentadorias e pagamento de sentenças judiciais.

45. Quanto às operações de crédito por antecipação da receita orçamentária é correto afirmar que

- (A) os recursos financeiros recebidos pela entidade pública são classificados como uma fonte de receita orçamentária.
- (B) tanto a amortização do principal quanto os encargos financeiros são considerados despesas orçamentárias.
- (C) o valor dos encargos financeiros representa uma entrada compensatória no ativo e passivo financeiros.
- (D) a amortização do principal é uma despesa extra-orçamentária e os encargos financeiros representam uma despesa orçamentária.
- (E) tanto a amortização do principal quanto o pagamento dos encargos financeiros dependem de autorização legislativa.

46. O SIAFI utiliza a tabela de eventos, em que o gestor informa um código e, a partir deste ponto, os lançamentos contábeis são gerados por tal sistema. Um evento que gera, concomitantemente, lançamentos contábeis no sistema orçamentário, financeiro e patrimonial é a

- (A) alienação de bens móveis.
- (B) liquidação da despesa com pessoal.
- (C) arrecadação de impostos.
- (D) previsão da receita tributária.
- (E) baixa de veículos por sinistro.

47. Em um órgão público, o lançamento contábil para o registro da inscrição da dívida ativa no sistema patrimonial deve ser
- (A) D – Ativo Permanente/Dívida Ativa  
C – Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária/Mutações Patrimoniais/Inscrição de Dívida Ativa
- (B) D – Ativo Financeiro/Dívida Ativa  
C – Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária/Inscrição de Dívida Ativa
- (C) D – Ativo Permanente/Dívida Ativa  
C – Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária/Inscrição de Dívida Ativa
- (D) D – Ativo Permanente/Dívida Ativa  
C – Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária/Receita Orçamentária/Inscrição de Dívida Ativa
- (E) D – Variações Passivas Resultantes da Execução Orçamentária/Mutações Patrimoniais/Inscrição de Dívida Ativa  
C – Passivo Permanente/Dívida Ativa
- 
48. O Art. 165 da Constituição Federal de 1998 estabelece os três instrumentos de planejamento e orçamento das ações governamentais: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Sobre as disposições constitucionais e aquelas contidas na Lei Complementar nº 101/2000 relativas à Lei Orçamentária Anual (LOA), é correto afirmar que
- (A) o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto abrange todas as receitas e despesas de tais empresas.
- (B) o projeto de lei orçamentária poderá consignar dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no PPA ou em lei que autorize a sua inclusão.
- (C) a lei não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e especiais.
- (D) o orçamento da seguridade social compreende todas as despesas com as funções saúde, assistência social, previdência e educação.
- (E) o projeto de lei orçamentária anual conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na LDO.
- 
49. Um aumento efetivo do Patrimônio Público é causado pela ocorrência
- (A) da construção de uma ponte.
- (B) da arrecadação de taxas.
- (C) de empréstimos tomados.
- (D) do cancelamento de dívida ativa.
- (E) de manutenção de ruas e praças.
- 
50. Os créditos especiais abertos no mês de julho poderão vigorar
- (A) até o final do exercício seguinte desde que reabertos pelo seu saldo.
- (B) até o mês de julho do exercício seguinte.
- (C) durante o prazo estipulado pela lei que autorizou sua abertura.
- (D) até o final do exercício em que foram abertos.
- (E) durante a vigência do plano plurianual.

Instruções: Para responder as questões de números 51 e 52 utilize a tabela com o Balanço Orçamentário abaixo.

Receitas				Despesas			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
<b>Receitas Correntes</b>	<b>580</b>	<b>610</b>	<b>30</b>	Créd. Orçamentários e Suplementares	730	695	-35
Receitas Tributárias	500	600	100	Créd. Especiais	20	10	-10
Outras Receitas Correntes	80	10	-70	Créd. Extraordinários	10	10	0
<b>Receitas de Capital</b>	<b>150</b>	<b>155</b>	<b>5</b>				
Operações de Crédito	100	85	-15				
Alienação de Bens	20	70	50				
Amortização de Empréstimos	30		-30				
<b>Soma</b>	<b>730</b>	<b>765</b>	<b>35</b>	<b>Soma</b>	<b>760</b>	<b>715</b>	<b>-45</b>
<b>Déficit</b>	<b>30</b>		<b>-30</b>	<b>Superávit</b>		<b>50</b>	<b>50</b>
<b>Total</b>	<b>760</b>	<b>765</b>	<b>5</b>	<b>Total</b>	<b>760</b>	<b>765</b>	<b>5</b>

51. A entidade pública teve uma economia orçamentária de
- (A) R\$ 10,00
- (B) R\$ 30,00
- (C) R\$ 35,00
- (D) R\$ 45,00
- (E) R\$ 50,00
- 
52. O resultado da execução orçamentária foi
- (A) deficitário em R\$ 35,00.
- (B) superavitário em R\$ 35,00.
- (C) deficitário em R\$ 45,00.
- (D) superavitário em R\$ 50,00.
- (E) deficitário em R\$ 50,00.



53. Considere os dados abaixo, extraídos da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Baixa de Bens Móveis por Alienação.....	70
Amortização de Empréstimos Tomados .....	40
Aquisição de Bens Imóveis.....	75
Aquisição de Bens Móveis.....	190
Aquisição de Material de Consumo .....	20
Despesa Orçamentária.....	725
Empréstimos Tomados.....	85
Incorporação de Bens Imóveis por doação.....	100
Resultado Positivo na Alienação de Bens Móveis.....	30
Receita Orçamentária.....	810

O resultado patrimonial do período foi

- (A) superavitário em R\$ 475,00.
- (B) superavitário em R\$ 385,00.
- (C) superavitário em R\$ 300,00.
- (D) superavitário em R\$ 255,00.
- (E) deficitário em R\$ 85,00.

54. Em relação ao Balanço Financeiro, é correto afirmar que

- (A) o pagamento de serviços da dívida inscrito em exercícios anteriores provoca uma redução nas disponibilidades resultante da execução do orçamento.
- (B) os valores inscritos em restos a pagar são considerados receitas extra-orçamentárias e representam entradas efetivas de dinheiro no caixa.
- (C) o resultado financeiro é positivo quando a diferença entre receitas e despesas extra-orçamentárias for positiva.
- (D) os valores das receitas e das despesas orçamentárias são aqueles apresentados na proposta orçamentária do período.
- (E) a diferença entre receitas e despesas orçamentárias representa o impacto na situação financeira decorrente da execução do orçamento.

55. As disposições constitucionais sobre o controle externo nas entidades governamentais

- (A) prevêm que o mesmo será exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas.
- (B) não prevêm qualquer tipo de relação entre controles internos e externos.
- (C) determinam que a função do Tribunal de Contas se limita a avaliar a prestação de contas do Poder Executivo.
- (D) indicam que a abrangência dos controles se restringe à legalidade dos atos praticados pelos gestores.
- (E) não consideram a participação dos cidadãos como parte legítima do processo de controle externo.

56. Segundo a Resolução nº 821/97, o auditor independente deve guardar toda a documentação, papéis de trabalho, relatórios e pareceres relacionados com os serviços realizados pelo prazo de

- (A) três anos, contados a partir da data da emissão de seu parecer.
- (B) três anos, contados a partir da data do final do exercício a que se referem as demonstrações contábeis auditadas.
- (C) quatro anos, contados a partir da data do final do exercício a que se referem as demonstrações contábeis auditadas.
- (D) cinco anos, contados a partir da data do final do exercício a que se referem as demonstrações contábeis auditadas.
- (E) cinco anos, contados a partir da data da emissão de seu parecer.

57. Em relação aos testes de auditoria, é correto afirmar que

- (A) os procedimentos de revisão analítica constituem um dos tipos dos testes de observância.
- (B) a revisão dos cálculos da equivalência patrimonial em participações societárias permanentes é um dos tipos dos testes substantivos.
- (C) a inspeção física do caixa da entidade auditada é um dos tipos dos testes de observância.
- (D) os testes substantivos têm como objetivo verificar a existência, exatidão e validade das informações produzidas pelo sistema de controle interno da entidade.
- (E) os testes de observância têm como objetivo averiguar a existência, a ocorrência, a abrangência e correta mensuração dos bens, direitos e obrigações da entidade.

58. Em relação aos tipos de auditoria governamental, é correto afirmar que a Auditoria

- (A) de Avaliação de Gestão tem como objetivo atuar em tempo real sobre os atos efetivos de uma unidade ou entidade pública, evidenciando melhorias e economias existentes no processo.
- (B) Especial compreende o exame dos registros e documentos e da coleta de informações e confirmações com o objetivo de controlar corretamente o patrimônio da unidade ou entidade pública.
- (C) Operacional tem por finalidade emitir uma opinião sobre a gestão da unidade ou entidade pública quanto aos aspectos de eficiência, economicidade e eficácia.
- (D) de Acompanhamento da Gestão objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária e são realizadas com o intuito de atender determinação expressa de autoridade competente.
- (E) Contábil tem por finalidade verificar a probidade na aplicação dos recursos públicos, na guarda e administração dos bens da unidade ou entidade pública.

59. A limitação imposta ao auditor pela diretoria da entidade objeto de sua auditoria deve conduzir a um parecer

- (A) com ressalva ou à abstenção de opinião.
- (B) adverso.
- (C) sem ressalva, mas com parágrafo de ênfase na limitação imposta.
- (D) com abstenção de opinião, se o auditor julgar que a restrição imposta na extensão do trabalho seja de pequena magnitude.
- (E) sem ressalva, se o auditor julgar que a restrição imposta na extensão do trabalho seja de grande magnitude.

60. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, em relação à relevância e aos riscos identificados durante o processo de auditoria, é correto afirmar que

- (A) indícios de erros repetitivos, desde que não sejam relevantes, não requerem o aprofundamento dos exames de auditoria.
- (B) a definição de onde aplicar, ou não, procedimentos analíticos ou amostragem independem do nível de relevância do item examinado.
- (C) ao definir seu plano de auditoria, o profissional deve estabelecer um nível de relevância aceitável na detecção de distorções.
- (D) independentemente da relevância dos itens auditados, se a Administração da entidade negar-se a ajustar as demonstrações contábeis, o auditor deve emitir um parecer adverso.
- (E) existe uma relação direta entre o nível estabelecido de relevância e o risco de auditoria.

**PROVA DISSERTATIVA DE ESTUDO DE CASO**

Atenção: Leia o caso abaixo e responda as questões de números 1 e 2.

Uma determinada prefeitura brasileira apresentou o seguinte balanço patrimonial, referente ao exercício encerrado em 31-12-2006:

<b>PREFEITURA X – BALANÇO PATRIMONIAL 31-12-2006</b>			
<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>	
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
Bancos	600	Restos a Pagar	180
ATIVO PERMANENTE		SALDO PATRIMONIAL	
Bens móveis	300	Ativo Real Líquido	1.620
Bens imóveis	900		
<b>TOTAL</b>	<b>1.800</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.800</b>

No ano-calendário de 2007, ocorreram as seguintes transações no município:

Arrecadação de tributos.....	R\$ 7.200,00
Pagamento de salários .....	R\$ 2.700,00
Pagamento de material de consumo imediato .....	R\$ 1.200,00
Despesas com serviços de terceiros, das quais 50% foram pagas .....	R\$ 1.200,00
Obtenção de empréstimo de longo prazo .....	R\$ 4.800,00
Compra à vista de equipamentos .....	R\$ 1.800,00
Venda de imóvel.....	R\$ 1.800,00
Custo do imóvel vendido.....	R\$ 900,00
Pagamento de todos os restos a pagar de 2006.....	R\$ 180,00
Aquisição de um imóvel, tendo sido pagos 70% de seu valor .....	R\$ 3.000,00



